

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

GABINETE DO PRESIDENTE



CERIMÓNIA DE ASSINATURA

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

2011-2012

UMP / CNIS / MSSS

POR

MANUEL DE LEMOS

Palácio de S. Bento

17 de Janeiro de 2012

Exmo. Senhor Primeiro Ministro

Exmo. Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Exmo. Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social

Exmo. Senhor Secretario de Estado da Segurança Social

Exmo. Senhor Presidente da CNIS

Exmo. Senhor Presidente da União das Mutualidades Portuguesas

Exma. Senhora Presidente do Instituto da Segurança Social

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Órgãos da Comunicação Social

Reunimo-nos aqui hoje para outorgar um importante acto de concertação social que se consubstancia no Protocolo de Cooperação para os anos de 2011 e 2012 entre o Governo da República e as Instituições do Sector Social que asseguram a maior parte das respostas sociais que o Estado Português garante aos seus cidadãos.

E a primeira nota que gostaria de lhe deixar, Senhor Primeiro Ministro, é que tal só é possível porque a magnífica equipa governamental a quem Vossa Excelência entregou a responsabilidade destas áreas da governação, o Senhor Ministro Dr. Luís Pedro Mota Soares e o Senhor Secretário de Estado Dr. Marco António Costa, para além da competência e responsabilidade pública que lhes são justamente reconhecidas, demonstraram, em todo este processo, uma enorme capacidade de diálogo e humildade democrática que lhes permite, sem complexos nem arrogâncias, prestar a maior atenção à nossa experiência e aos nossos saberes. Cientes, é claro, das extremas limitações com que se debatem mas, por isso mesmo, confiantes na nossa responsabilidade e na nossa vontade comuns de ajudar os que mais precisam.

Como gostariam as Misericórdias de Portugal que este exemplo fizesse caminho...

A segunda nota tem a ver com o Protocolo em si mesmo e com o seu conteúdo. Sem querer ser maçador, destaco cinco aspectos que são o testemunho claro desse diálogo e da responsabilidade mútua perante as dificuldades em que vivemos.

Em primeiro lugar, a questão do apoio domiciliário. Perante a evidência do envelhecimento e da conveniência de manter, até onde for possível, os idosos nas suas residências em ambiente seguro e confortável, este Protocolo abre as janelas do futuro ao apostar nas novas tecnologias e na inovação, como um instrumento e um princípio ao serviço da protecção social.

É ainda um pequeno passo com certeza; mas tem uma dimensão enorme e abre milhares de portas à iniciativa e às parcerias com o sector privado e com os empreendedores tecnológicos de que o nosso País tanto necessita.

Em segundo lugar, a questão da flexibilização no respeito pela qualidade. Como bem sabe, no nosso País há aquela tendência novoriquista que se traduz na expressão muito comum no meu Porto natal "Ou é do melhor, ou não presta!".

Esta tese levou-nos ao absurdo de fazer exigências em matéria de qualidade que, em certos casos, são únicas nos países desenvolvidos e com total desprezo pelos custos e, mesmo pelas próprias culturas e idiossincrasias dos portugueses. Recordo a cara de espanto de alguns quando, a propósito das novas regras para as creches, lhes explico que apenas nos limitamos em matéria de espaços a vir de ratios superiores aos da Suécia para os da Bélgica.

Podemos, pois, flexibilizar sem ferir a qualidade e, mais uma vez, andou bem o Governo quando, repito, em clima de diálogo, se fez paladino e arauto desse novo paradigma.

Uma terceira nota relativa quer à aceitação pela nossa parte de um valor de actualização das respostas significativamente abaixo do valor da inflação, quer de um valor próprio para as vagas em lar que vão para além das vagas reservadas. Ambas são o testemunho da nossa disponibilidade em colaborar com o Estado e, sobretudo, com as pessoas, no quadro das dificuldades económicas em que vivemos. De resto, em matéria das questões económicas, ambas as partes foram capazes de perceber que, custe o que custar e a quem custar, temos que apoiar os que mais precisam.

Em quarto lugar, a consagração em termos de Protocolo da responsabilidade dos representantes do sector na concessão futura de apoios públicos às suas respectivas associadas.

Trata-se de um acto de grande confiança e de grande sentido ético por parte do Governo, que não enjeitamos, desde logo porque, mais uma vez, também nesta área, eu diria, sobretudo nesta área, devemos ser rigorosos e exigentes.

Por último, o Protocolo prevê também a possibilidade de o Estado entregar ao sector social a gestão dos equipamentos que são sua propriedade, o que muito nos agradou.

Senhor Primeiro Ministro,

Neste Protocolo, mais do que em qualquer outro, foi evidente e importante a o trabalho conjunto das Instituições que representam o sector social.

Permita-me, pois, que aqui também agradeça muito particularmente ao Sr. Presidente da CNIS meu querido Amigo Sr. Dr. Lino Maia toda a determinação, competência e saber que, mais uma vez, colocou ao serviço da nossa causa comum.

As Misericórdias de Portugal sempre se colocaram do lado da solução e não do lado dos problemas. Temos uma história de mais de cinco séculos de que nos orgulhamos, um presente muito difícil, mas responsável, e temos a certeza de que somos Instituições com muito futuro. Somos, neste tempo de incerteza e de grande preocupação, uma almofada social segura, em que as pessoas confiam e que merece a confiança dos políticos que, como Vossas Excelências, lidam com a realidade e que conhecem o terreno.

Estamos a fazer mais com menos e estamos firmemente dispostos a levar até ao fim a nossa determinação em fazer valer, os nossos valores, os nossos direitos e o respeito pelos acordos que firmamos e que sempre, até hoje, honramos, custasse o que custasse.

“Pacta sunt servanda” é para nós muito mais do que um mero princípio de direito. É uma forma de estar e de ser, que tem a ver com a nossa natureza, identidade e que nos faz merecer há mais de 512 anos, a credibilidade, a confiança e o apoio dos portugueses.

Com este pano de fundo, gostaria de lhes reafirmar, nomeadamente ao Senhor Ministro e ao Senhor Secretário de Estado, que sendo certo que este Protocolo não resolve todos os problemas, podem ter a certeza da nossa disponibilidade activa para no seu espírito ultrapassar em cooperação todas as questões que porventura surjam.

Senhor Primeiro Ministro,

Se me permite uma nota final. Todos os dias somos confrontados com declarações mais ou menos políticas no sentido da avaliação dos Governos.

Permita-me também que, de uma forma aberta e leal, lhe testemunhe, em nome da UMP, que consideramos esta assinatura um acto

extremamente positivo e que se enquadra da melhor forma no cumprimento dos compromissos da actual maioria para com os portugueses.

Conte pois com a União das Misericórdias Portuguesas; conte com as Misericórdias de Portugal!